

mentos investigatórios para a apuração dos crimes de racismo, tortura, execução de presos, tráfico de armas e de entorpecentes e os crimes hediondos praticados no interior do estabelecimento penal encaminhando as investigações ao Procurador-Geral de Justiça; III- propor ao juízo executório: a) as ações de execução das penas pecuniárias impostas pela Justiça Criminal; b) a concessão de transferências de condenados entre estabelecimentos penais e, envolvendo comarcas distintas, após a concordância do juízo executório da comarca que receberá o preso; c) a efetivação das garantias constitucionais ao condenado cuja inquirição deva ser tomada em procedimento policial; d) a concessão de garantias concretas ao condenado cuja segurança pessoal sofrer ameaças no interior do estabelecimento penal; e) a revogação da remição e do direito a saída, nas hipóteses legais; IV- fiscalizar a regularidade formal das guias de recolhimento e de internamento; V- requerer: a) todas as providências necessárias ao desenvolvimento do processo executivo; b) a instauração dos incidentes de excesso ou desvio de execução; c) a aplicação de medida de segurança, bem como a substituição da pena por medida de segurança; d) a revogação ou prorrogação da medida de segurança; e) a conversão de penas, a progressão ou regressão nos regimes e a revogação da suspensão condicional da pena e do livramento condicional; f) a internação, a desinternação e o restabelecimento da situação anterior do internado; VI- interpor recursos de decisões proferidas pela autoridade judiciária, durante a execução." 3. INSTITUIÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NO PLANO CONSTITUCIONAL E SUAS FUNÇÕES EXECUTÓRIAS-CRIMINAIS. A prestação de assistência jurídica às pessoas economicamente fracas sempre esteve presente nos textos constitucionais e, salvo honrosas exceções, constituiu-se num princípio teórico de abrangência limitada aos grandes centros urbanos. Agora, a própria Constituição, criou na DEFENSORIA PÚBLICA o instrumento específico para a prestação de assistência jurídica aos carentes. Dois dispositivos constitucionais regulam a matéria que, a teor do Artigo 5º, Inciso LXXIV, constitui-se numa garantia do cidadão e, com efeito, numa obrigação estatal. Diz o mencionado dispositivo constitucional: "LXXIV - O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos." para, ao regular as funções da DEFENSORIA PÚBLICA no Artigo 134 da Constituição, estabelecer que: "Art. 134. A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV." A adaptação da Lei de Execução Penal à Constituição Nacional exige quatro modificações no que concerne à prestação de assistência jurídica aos condenados de parte da DEFENSORIA PÚBLICA. É preciso registrar que a mais importante reivindicação das pessoas privadas da liberdade é a ausência ou a insuficiência de assistência jurídica. Uma assistência jurídica diligente é organizada tem o poder de reduzir a pressão existente nas grandes casas prisionais e, assim, evitar os movimentos de rebeldia prisional. Para que a DEFENSORIA PÚBLICA seja integrada à Lei de Execução Penal é necessário que sejam adotadas as seguintes mudanças na Lei 7.210/84: 3.1. A primeira modificação da aludida legislação executória diz respeito à composição mínima da Comissão Técnica de Classificação. A experiência está demonstrando que a ausência de um advogado naquela Comissão tem trazido uma série de equívocos que facilmente poderiam ser eliminados a partir de conhecimentos rudimentares de Direito Penal, Direito de Execução Penal e de Direito Processual Penal. A inclusão de um profissional do Direito na Comissão Técnica de Classificação aperfeiçoará os pareceres emitidos e, com certeza, dará melhores condições de avaliação aos juízes executórios. Esta será a primeira tarefa da DEFENSORIA PÚBLICA: integrar a Comissão Técnica de Classificação, independentemente, da prestação de assistência jurídica ao preso necessitado. Para tanto, é preciso incluir no Artigo 7º da Lei de Execução Penal a presença de um integrante da DEFENSORIA PÚBLICA por ela nomeado, cujo texto se na assim enunciar: "Art. 7º - A Comissão Técnica de Classificação, existente em cada estabelecimento, será presidida pelo Diretor e composta, no mínimo, por dois chefes de serviço, um psiquiatra, um psicólogo, um assistente social e um defensor público no meado pela sua instituição, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade." 3.2. A segunda modificação diz respeito à atividade específica da DEFENSORIA PÚBLICA nos estabelecimentos penais. As atividades de assistência jurídica aos necessitados, na atualidade, têm sido desenvolvidas das maneiras mais exóticas possíveis: funcionários penitenciários em desvio de função que, formados em Direito, passam a exercer tais funções, estagiários de Direito, condenados bacharéis em Direito, condenados estudantes de Direito, etc... o que tem trazido uma total ineficiência em prejuízo daqueles que necessitam destes serviços. Assim, a assistência jurídica aos necessitados deve ser entregue, com exclusividade, à DEFENSORIA PÚBLICA. A questão dos Estados organizarem e proverem suas DEFENSORIAS PÚBLICAS é preocupação alheia ao ideal executivo-legislativo. Para consagrar este princípio apontado, será preciso modificar a redação do Artigo 16 da Lei de Execução Penal que passará a dispor do seguinte texto: "Art. 16. As unidades da Federação prestarão serviços de assistência jurídica nos estabelecimentos penais, através da Defensoria Pública." 3.3. A DEFENSORIA PÚBLICA necessita estar legitimada para suscitar incidentes de desvio ou excesso de execução porque, na mais das vezes, é a primeira instituição a tomar ciência das irregularidades e abusos praticados no interior do cárcere. Assim, ao lado dos demais órgãos, a DEFENSORIA PÚBLICA poderá postular ao juízo executório a instauração do procedimento incidental para a apuração dos fatos. Esta possibilidade será alcançada com a inclusão da DEFENSORIA PÚBLICA entre os órgãos nominados no Artigo 186 da Lei de Execução Penal, instituindo-se mais um inciso. A redação proposta, pois, obedecerá aos seguintes termos: "Art. 186. Podem suscitar o incidente de excesso ou desvio de execução: I- O Ministério Público; II- o Conselho Penitenciário; III- a Defensoria Pública; IV- o sentenciado; V- qualquer dos demais órgãos da execução penal." 3.4. A derradeira modificação da Lei de Execução Penal quanto a DEFENSORIA PÚBLICA centra-se na necessidade de legitimá-la para a propositura de quaisquer procedimentos judiciais no âmbito da execução da pena. Como entidade auxiliar no plano executório, a DEFENSORIA PÚBLICA possui sobejas condições para propor medidas judiciais capazes de manter a harmonia prisional. Para tanto, necessário será incluir a DEFENSORIA PÚBLICA em meio as instituições arroladas no Artigo 195 da Lei de Execução Penal que, assim, conterá a seguinte redação: "Art. 195. O procedimento judicial iniciar-se-á de ofício, a requerimento do Ministério Público, da Defensoria Pública, do interessado, de quem o representante, de seu cônjuge, parente ou descendente, mediante proposta do Conselho Penitenciário, ou ainda, da autoridade administrativa." 4. O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. E eliminando quaisquer dúvidas sobre a sua existência perante o Direito Nacional, a Constituição consagrou o Princípio da Presunção de Inocência: qualquer cidadão é presumido inocente até que o Estado, através de sentença judiciária transitada em julgado, o declare culpado. Trata-se de uma garantia constitucional expressa no Artigo 5º, Inciso LVII da vigente Constituição: "LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória." A adaptação da Lei de Execução Penal ao axioma constitucional passa pela modificação de sete dentre seus dispositivos. 4.1. O primeiro dispositivo que necessita ser alterado é o Artigo 37, Parágrafo Único da Lei de Execução Penal. A revogação do trabalho externo somente poderá ser decidida após o trânsito em julgado de sentença condenatória quando a motivação estiver calca da na prática de novo crime. Trata-se de mera aplicabilidade do Princípio da Presunção de Inocência aplicável ao condenado que desfruta de trabalho externo. A redação do Parágrafo Único do Artigo 37 será a seguinte: "Art. 37. - ... Parágrafo Único. Revogar-se-á a autorização de trabalho externo ao preso que vier a ser definitivamente condenado por outro crime, for punido por falta grave, ou tiver comportamento contrário aos requisitos estabelecidos neste artigo." 4.2. A segunda alteração diz respeito ao Artigo 52 da Lei de Execução Penal. A adoção do Princípio da Presunção de Inocência exige que as medidas repressivas no âmbito prisional - baseadas na ocorrência

de novo crime - somente sejam adotadas após a derradeira manifestação da Justiça. O Artigo 52 da Lei de Execução Penal adotará, então, o seguinte texto: "Art. 52. A condenação definitiva pela prática de fato previsto como crime constitui falta grave e sujeita o preso, ou condenado, à sanção disciplinar, sem prejuízo da sanção penal." 4.3. No mesmo sentido, a incorporação do Princípio da Presunção de Inocência à Lei de Execução Penal exige a modificação do Artigo 118, Inciso I da mencionada Lei Executória. A redação, pois, daquele dispositivo obedecerá ao seguinte texto: "Art. 118. A execução da pena privativa de liberdade ficará sujeita à forma regressiva, com a transferência para qualquer dos regimes mais rigorosos, quando o condenado: I- sofrer condenação definitiva por fato definido como crime e cuja pena, somada ao restante da pena em execução, torne incabível o regime (Art. 111); II- praticar falta grave." 4.4. A outra modificação necessária à implantação do postulado em estudo à Lei de Execução Penal diz de perto com o Artigo 125 e o seu Parágrafo Único que regulam o benefício das saídas temporárias. Em primeiro lugar, descabe a locução "automaticamente" prevista no atual texto porque as saídas temporárias são individuais e dependem sempre de decisão judiciária específica. A legislação vigente não contempla "saídas permanentes", "saídas coletivas", "saídas prêmio" ou mesmo "saídas automáticas". Aliás, a adoção de qualquer destas figuras geraria o descontrole judicial sobre o condenado e desgastaria o próprio PODER JUDICIÁRIO na medida em que o beneficiário utilizasse a saída concedida para a prática de novos crimes. Neste modo, a aplicabilidade do Princípio da Presunção de Inocência a este benefício, exigirá que a redação do Artigo 125 e do seu Parágrafo Único adotem o seguinte texto: "Art. 125. O benefício será revogado quando o preso sofrer condenação definitiva por outro crime, for punido por falta grave, de satisfazer as condições impostas na autorização ou revelar baixo grau de aproveitamento do curso. Parágrafo Único. A recuperação do direito à saída temporária dependerá do quantitativo da nova pena imposta, do cancelamento da punição disciplinar ou da demonstração do merecimento do condenado." 4.5. Ainda em relação à adaptação do mesmo princípio constitucional à Lei de Execução Penal, é necessária a simplificação da redação do Artigo 145 da Lei de Execução Penal porquanto somente é admissível a suspensão do livramento condicional nas hipóteses de decretação de prisão provisória (prisão em flagrante delicto, prisão preventiva ou prisão em virtude de sentença de pronúncia) pela prática de outro crime. A suspensão do curso do livramento condicional com o consequente recolhimento do condenado à penitenciária (regime fechado), há de durar até a prolação do julgado definitivo quando, então, o mesmo será mantido no cárcere com a revogação desse benefício ou terá o benefício restaurado. Assim, a redação do Artigo 145 da Lei de Execução Penal há de vigorar com o seguinte texto: "Art. 145. Ouvidos o Ministério Público e o Conselho Penitenciário, o juiz suspenderá o curso do livramento condicional sempre que o condenado tiver contra si decisão de prisão provisória por outro crime que durará até a prolação do julgado definitivo." 4.6. A outra modificação necessária para a adoção do princípio em tela diz respeito ao Artigo 181, § 1º Alínea "e" da Lei de Execução Penal. Trata-se aqui, tão somente, de contemplar a Presunção de Inocência para o condenado a penas de prestação de serviços à comunidade. A nova redação será a seguinte: "Art. 181. A pena restritiva de direitos será convertida em privativa de liberdade nas hipóteses e na forma do artigo 45 e seus incisos do Código Penal. § 1º A pena de prestação de serviços comunitários será convertida quando o condenado: a) .... b) .... c) .... d) .... e) sofrer condenação definitiva por outro crime à pena privativa de liberdade, cuja execução não tenha sido suspensa." 4.7. A redação dada a esta Alínea "e" do Parágrafo 1º, do Artigo 181 da Lei de Execução Penal modificará, automaticamente, os Parágrafos 2º e 3º do mesmo Artigo eis que, expressamente, reportam-se àquela Alínea. 5. ASSISTÊNCIA PRISIONAL À MATERNIDADE - A Constituição Nacional tratou como garantia da presidência a obrigação do Estado dar-lhe condições para a amamentação de seus filhos. Diz a Constituição no Artigo 5º, Inciso I: "I - as presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação." A adaptação da Lei de Execução Penal ao princípio evocado exige a transformação do Parágrafo Único do Artigo 83 em Parágrafo 1º e a criação de um Parágrafo 2º no citado Artigo da Lei de Execução Penal para contemplar a garantia constitucional da presidência que necessite amamentar seus filhos. Assim, o Artigo 83 adquirirá a seguinte redação: "Art. 83. O estabelecimento penal, conforme a sua natureza, deverá contar em suas dependências com áreas e serviços destinados a dar assistência, educação, trabalho, recreação e prática esportiva. § 1º. Há de ser instalada destinada a estágio de estudantes universitários. § 2º. Os estabelecimentos penais destinados a presidiárias manterão instalações específicas destinadas a garantir a permanência da presa com seus filhos durante o período de amamentação." 6. DIREITO AO TRABALHO PRISIONAL - Embora a Lei de Execução Penal já consagre o princípio da obrigatoriedade do trabalho produtivo, a realidade penitenciária nacional mostra situação completamente adversa. O condenado continua desfrutando de uma ociosidade e xasperante que o leva à promiscuidade prisional. Agora, em princípio reitor, a Constituição Nacional ratificou a necessidade do trabalho humano enquanto direito social imprescindível ao progresso da Pátria. A prisão não pode continuar sendo a exceção e a interpretação do Artigo 6º da Constituição impõe a necessidade de modificá-la e a legislação executória. Diz o Artigo 6º: "Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição." Este conjunto de propósitos constitucionais conduz ao estudo das normas executório-criminais atinentes ao trabalho prisional e, assim, conclui-se que falta uma incisividade legislativa mais acentuada quanto ao trabalho interno do condenado e falta, também, um maior empenho judicial quanto as decisões sobre trabalho externo. Das duas modificações imperiosas ora exigidas pela Lei de Execução Penal para que o excelente texto da Lei 7.210/84 seja efetiva e concretamente posto em execução: 6.1. No tangente ao trabalho prisional interno é preciso inserir no texto da Lei de Execução Penal um dispositivo que responsabilize o diretor do estabelecimento penal perante o juízo executório e o Ministério Público pela negligência, omissão ou sonegação dolosa de trabalho ao condenado [a experiência mostra que esta prática tem sido usada como forma de aumentar o desespero do homem privado da liberdade]. Assim, o desnecessário conteúdo do Parágrafo Único do atual Artigo 31 da Lei de Execução Penal dará lugar à seguinte redação: "Art. 31. O condenado a pena privativa de liberdade está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade. Parágrafo Único. O diretor do estabelecimento Penal é administrativamente, civil e criminalmente responsável pela sonegação ou omissão quanto a destinação de trabalho ao condenado." 6.2. O segundo aspecto que necessita ser inovado na Lei de Execução Penal para que haja uma plena adaptação ao texto constitucional, diz respeito ao trabalho externo. Não há nenhuma outra forma de moralizar a questão do trabalho externo senão responsabilizar o juízo executório pela concessão e pela revogação do aludido benefício. A discriminação, a corrupção e os desatendimentos ora praticados pelas administrações carcerárias quanto à concessão de trabalho externo, por si só, mostram que tais atribuições devem ser elevadas ao grau de decisão jurisdicional. Para tanto, bastará modificar a redação do caput do Artigo 37 da Lei de Execução Penal que passará a conter a seguinte disposição: "Art. 37. A prestação de trabalho externo, a ser autorizada pelo juízo executório após audiência do Ministério Público, dependerá de aptidão, disciplina e responsabilidade, além do cumprimento mínimo de um sexto do total da pena imposta." 7. OUTRAS ALTERAÇÕES ADAPTATIVAS - De sua relevância é indicar o período de permanência dos membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária para cumprimento de mandato, tendo em vista que a redação atual do Parágrafo Único do Artigo 63, embora aprovada pelo Congresso Nacional, sofreu veto presidencial (Mensagem Presidencial Nº 257, de 11 de julho de 1984) pelo fato de não ser possível no processo anual de renovação do Colegia